



**MP-AL**

*Analista do Ministério Público – Área Jurídica*

## LÍNGUA PORTUGUESA

|                                                                                                                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Ortografia.....                                                                                                                                                         | 1  |
| Acentuação.....                                                                                                                                                         | 2  |
| Emprego do sinal indicativo de crase.....                                                                                                                               | 5  |
| Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....                                                                                                          | 7  |
| Relação do texto com seu contexto histórico.....                                                                                                                        | 16 |
| Denotação e conotação.....                                                                                                                                              | 20 |
| Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.....                                                                                                       | 21 |
| Intertextualidade.....                                                                                                                                                  | 26 |
| Figuras de linguagem.....                                                                                                                                               | 27 |
| Morfossintaxe; Coordenação e subordinação.....                                                                                                                          | 33 |
| Elementos estruturais e processos de formação de palavras.....                                                                                                          | 41 |
| Sinonímia e antonímia.....                                                                                                                                              | 43 |
| Pontuação.....                                                                                                                                                          | 45 |
| Pronomes.....                                                                                                                                                           | 49 |
| Concordância nominal e concordância verbal.....                                                                                                                         | 52 |
| Flexão nominal e flexão verbal; Vozes do verbo; Correlação de tempos e modos verbais.....                                                                               | 55 |
| Regência nominal e regência verbal.....                                                                                                                                 | 59 |
| Conectivos.....                                                                                                                                                         | 62 |
| Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).... | 64 |
| Questões.....                                                                                                                                                           | 79 |
| Gabarito.....                                                                                                                                                           | 93 |

**SUMÁRIO**



## NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

|                                                                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15, de 1996) .....                                               | 1  |
| Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991) ..... | 35 |
| Organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002) .....                                               | 77 |
| Questões .....                                                                                                                                | 81 |
| Gabarito .....                                                                                                                                | 85 |

## DIREITO CONSTITUCIONAL

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Constituição: conceito, objeto e classificações; supremacia da Constituição .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 1   |
| Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais .....                                                                                                                                                                                                                                                                    | 4   |
| Princípios fundamentais .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 7   |
| Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública; Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos; Dos partidos políticos .....                                                      | 8   |
| Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade; arguição de descumprimento de preceito fundamental; súmula vinculante; repercussão geral .....                                                                                                                                        | 26  |
| Da organização do Estado: da organização político administrativa: da União; Dos bens e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; Da intervenção federal .....                                                                                                                                                                                                    | 31  |
| Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 46  |
| Da organização dos Poderes: Do Poder Executivo: do Presidente e do Vice-Presidente da República; Das atribuições e responsabilidades do Presidente da República .....                                                                                                                                                                                                                 | 56  |
| Do Poder Legislativo: órgãos e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária .....                                                                                                                                                                                                                                                              | 62  |
| Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça; do Superior Tribunal de Justiça; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes dos Estados ..... | 70  |
| Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública .....                                                                                                                                                                                                                                                             | 93  |
| Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 100 |



|                                                                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Finanças Públicas: Normas gerais; dos orçamentos .....                                                                                               | 109 |
| Ordem social: disposição geral; da seguridade social; Do meio ambiente; Da família, da criança do adolescente, do jovem e do idoso; Dos índios ..... | 120 |
| Questões .....                                                                                                                                       | 127 |
| Gabarito .....                                                                                                                                       | 134 |

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Princípios de direito processual penal.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 1   |
| Investigação preliminar; Inquérito Policial natureza, início e dinâmica .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 4   |
| Ação penal pública e privada .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 13  |
| Jurisdição; Competência .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 14  |
| Prova .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 20  |
| Sujeitos do processo: Juiz, Ministério Público; Acusador, ofendido, defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliar de justiça .....                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 25  |
| Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 33  |
| Atos Processuais: forma, lugar, tempo (prazo, contagem).....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 47  |
| Comunicações processuais (citação, notificação, intimação) .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 54  |
| Sentença e coisa julgada .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 60  |
| Procedimentos comuns: Procedimento comum ordinário; Procedimento comum sumário; Procedimento nos processos de competência do Tribunal do Júri; Procedimentos especiais.....                                                                                                                                                                                                                                               | 71  |
| Nulidades.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 74  |
| Recursos em geral .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 76  |
| Juizados especiais criminais (Lei nº 9.099, de 1995): competência e princípios, fase preliminar, composição dos danos e transação; Procedimento sumaríssimo; Sentença e sistema recursal .....                                                                                                                                                                                                                            | 80  |
| Execução penal; Lei de Execução Penal; Aspectos processuais da execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e multa; Incidentes; Recursos .....                                                                                                                                                                                                                                                    | 94  |
| Aspectos processuais da legislação especial: abuso de autoridade; crimes hediondos; organização criminosa; tortura; crimes de menor potencial ofensivo; proteção a vítimas e a testemunhas; desarmamento; lei de drogas; violência doméstica e familiar contra a mulher; trânsito; meio ambiente; crimes de preconceito; crimes contra as relações de consumo; estatuto do idoso; estatuto da pessoa com deficiência..... | 113 |
| Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria processual penal .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 127 |
| Questões .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 131 |
| Gabarito.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 140 |

## SUMÁRIO



## DIREITO CIVIL

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Das Pessoas: natural e jurídica.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 1   |
| Do Direito de Empresa; Do nome empresarial.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 29  |
| Dos Bens .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 31  |
| Dos Fatos Jurídicos: Atos Jurídicos, Negócios Jurídicos: elementos essenciais, modalidades, defeitos, invalidade, extinção; Atos Ilícitos.....                                                                                                                                                                                                                                                                          | 40  |
| Prescrição, Decadência.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 60  |
| Prova .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 72  |
| Direito das Obrigações: Modalidades, Transmissão, Adimplemento e Extinção, Inadimplemento Contratos: disposições gerais e extinção; Cláusula resolutiva; Exceção de contrato não cumprido Teoria da imprevisão.....                                                                                                                                                                                                     | 84  |
| Contratos: disposições gerais e extinção; Cláusula resolutiva; Exceção de contrato não cumprido.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 111 |
| Teoria da imprevisão .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 126 |
| Teoria da resolução por onerosidade excessiva .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 134 |
| Teoria da base objetiva do negócio jurídico .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 140 |
| Teoria do adimplemento substancial .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 146 |
| Dos Atos Unilaterais .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 153 |
| Responsabilidade Civil .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 159 |
| Direitos de vizinhança; Condomínio geral; Condomínio edilício; Propriedade resolúvel; .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 169 |
| Posse: Aquisição, Efeitos, Teorias e Perda. Direitos reais. Propriedade: Função Social da Propriedade, Usucapião da Propriedade Móvel e Imóvel, Perda da Propriedade; Direitos reais sobre coisa alheia; Superfície; Propriedade fiduciária; Servidões; Uso; Usufruto; Habitação; A concessão de uso especial para fins de moradia; A laje; Adjudicação compulsória; Direitos reais em garantia; Penhor; Hipoteca ..... | 176 |
| Direito real à aquisição; Direito do promitente comprador; Compromisso de venda e compra.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 202 |
| Direito de Família: Casamento, Relações de Parentesco, Regime de Bens, Alimentos, Bem de Família, União Estável, Tutela e Curatela.....                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 207 |
| Da sucessão legítima e testamentária .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 240 |
| Súmulas e Temas Repetitivos dos Tribunais Superiores (STJ e STF).....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 252 |
| Questões .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 252 |
| Gabarito.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 258 |

## SUMÁRIO



## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 1   |
| Da jurisdição e da ação .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 4   |
| Da competência: disposições gerais; da modificação da competência; da incompetência .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 14  |
| Da cooperação nacional .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 24  |
| Das partes e dos procuradores: da capacidade processual; dos deveres das partes e de seus procuradores; Dos procuradores; Da sucessão das partes e dos procuradores; Do litisconsórcio; Da intervenção de terceiros; Do Ministério Público: atuação e atribuições no Processo Civil, como parte e como fiscal da lei; Do juiz: poderes, deveres, responsabilidade; impedimento e suspeição; Auxiliadores da justiça .....                                                            | 27  |
| Atos processuais: forma, tempo e lugar; Prazos; Da comunicação dos atos processuais; Da citação, da intimação, das cartas; Nulidades processuais .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 70  |
| Da tutela provisória .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 81  |
| Formação, suspensão e extinção do processo .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 92  |
| Do procedimento comum: disposições gerais; da petição inicial; do indeferimento da petição inicial, da improcedência liminar do pedido; da audiência de conciliação ou de mediação; da contestação; da reconvenção; da revelia; das providências preliminares e do saneamento; do julgamento conforme o estado do processo: julgamento antecipado do mérito e antecipado parcial do mérito; do saneamento e da organização do processo, da audiência de instrução e julgamento ..... | 101 |
| Das provas .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 117 |
| Da sentença e da coisa julgada; Da liquidação de sentença; Do Cumprimento de sentença .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 124 |
| Ações possessórias .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 147 |
| Ação monitória .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 150 |
| Ação de exhibir contas .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 151 |
| Inventário e partilha .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 157 |
| Ações de família .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 165 |
| Execução: disposições gerais, espécies, suspensão e extinção .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 171 |
| Embargos do devedor .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 177 |
| Embargos de terceiro .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 179 |
| Ação de desapropriação .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 182 |
| Da interdição .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 189 |
| Disposições Comuns à Tutela e à Curatela .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 191 |
| Ação popular .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 193 |
| Mandado de segurança individual e coletivo .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 201 |
| Ação civil pública .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 206 |

## SUMÁRIO



|                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| Normas processuais do Código de Defesa do Consumidor.....             | 208 |
| Súmulas e Temas Repetitivos dos Tribunais Superiores (STJ e STF)..... | 211 |
| Questões .....                                                        | 213 |
| Gabarito.....                                                         | 220 |

## DIREITO PENAL

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| Da aplicação da lei penal .....                                        | 1   |
| Do Crime .....                                                         | 5   |
| Da Imputabilidade penal.....                                           | 12  |
| Das penas .....                                                        | 15  |
| Das medidas de segurança.....                                          | 18  |
| Da ação penal .....                                                    | 24  |
| Da extinção da punibilidade .....                                      | 30  |
| Crimes contra a pessoa.....                                            | 35  |
| Crimes contra a dignidade sexual .....                                 | 56  |
| Crimes contra o patrimônio .....                                       | 71  |
| Crimes contra a fé pública.....                                        | 99  |
| Crimes contra a administração pública .....                            | 111 |
| Crimes contra o Estado Democrático de Direito .....                    | 122 |
| Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor .....              | 132 |
| Crimes contra pessoas com deficiência .....                            | 141 |
| Crimes relativos à Criança e ao Adolescente.....                       | 150 |
| Crimes referentes ao idoso .....                                       | 158 |
| Crimes hediondos.....                                                  | 165 |
| Crimes contra o consumidor.....                                        | 173 |
| Crimes de tortura.....                                                 | 175 |
| Crimes de Trânsito .....                                               | 176 |
| Crimes contra o meio ambiente.....                                     | 180 |
| Estatuto do Desarmamento.....                                          | 187 |
| Crimes referentes a drogas .....                                       | 197 |
| Crimes referentes ao abuso de autoridade .....                         | 200 |
| Organização criminosa.....                                             | 204 |
| Lavagem de dinheiro .....                                              | 205 |
| Crimes relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher..... | 211 |
| Crimes contra a ordem tributária .....                                 | 213 |
| Crimes de licitação .....                                              | 214 |
| Princípios de direito penal .....                                      | 216 |
| Questões .....                                                         | 227 |
| Gabarito.....                                                          | 234 |

## SUMÁRIO



## DIREITO ADMINISTRATIVO

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Administração Pública: Princípios constitucionais e legais da Administração Pública; Princípios administrativos implícitos; Regime jurídico administrativo.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 1   |
| Poderes da Administração Pública: poder hierárquico, poder disciplinar, poder normativo, poder de polícia; Uso e abuso de poder.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 17  |
| Poderes e deveres dos administradores públicos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 27  |
| Lei de abuso de autoridade.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 30  |
| Ato administrativo: Conceito, características e atributos; Elementos e requisitos de validade; Classificação dos atos administrativos; Formação e efeitos; Extinção, revogação, invalidação e convalidação; Cassação e caducidade; Discricionariedade e Vinculação.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 36  |
| Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista; Parcerias entre a Administração Pública e o terceiro setor; Organizações Sociais; Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 55  |
| Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 62  |
| Agentes públicos: Classificação; Cargo, emprego e função pública; Provimento e investidura; Exercício e afastamentos; Direito de Greve.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 65  |
| Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 83  |
| Regime de emprego público e disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aplicáveis.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 83  |
| Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 98  |
| Regime e Processo administrativo disciplinar.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 103 |
| Processo administrativo.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 112 |
| Controle da Administração Pública: Classificações relativas ao controle da Administração Pública; Controle interno e controle externo; Controle exercido pelo Poder Judiciário, pelo Poder Legislativo e pelos Tribunais de Contas; Procedimentos de tomadas de contas.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 118 |
| Licitação e Contratos administrativos: Lei nº 14.133/2021; Licitação: Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade; Princípios básicos e correlatos; Modalidades; Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; Processo licitatório; Anulação, revogação e recursos administrativos; Sanções e procedimento sancionatório; Crimes em licitações e contratos administrativos; Contratação direta; Alienações; Contrato administrativo: Conceito, principais características e espécies; Formalização, execução, fiscalização e inexecução; Duração, prorrogação, renovação e extinção; Alteração, revisão e rescisão; Reajustamento; Infrações e sanções administrativas; Convênios..... | 127 |
| Serviço público. Conceito: Pressupostos Constitucionais; Classificação; Princípios; Formas de delegação de serviço público; Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público; Lei nº 8.987/1995; Extinção, reversão dos bens. Direitos dos usuários de serviço público. Parcerias público-privadas.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 249 |

## SUMÁRIO

# SUMÁRIO



|                                                                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Bens Públicos: Regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros.....                                                        | 280 |
| Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa ..... | 283 |
| Questões .....                                                                                                                                                            | 288 |
| Gabarito.....                                                                                                                                                             | 296 |

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Lei nº 13.869/2019 e alterações .....                                          | 1   |
| Lei 5.247/1991.....                                                            | 7   |
| Lei nº 6.161/2000 .....                                                        | 37  |
| Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).....                     | 46  |
| Responsabilidade extracontratual do Estado. Lei nº 13.726/2018.....            | 61  |
| Lei nº 13.019/2014 .....                                                       | 62  |
| Pregão Eletrônico (Decreto nº 10.024/2019).....                                | 89  |
| Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 11.462/2023).....                    | 105 |
| Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).....                                  | 118 |
| Legislação estadual sobre licitações e contratos. Decreto nº 68.120/2019 ..... | 123 |
| Decreto nº 90.391/2023.....                                                    | 125 |
| Decreto nº 90.392/2023.....                                                    | 127 |
| Decreto nº 90.393/2023.....                                                    | 142 |
| Decreto nº 90.390/2023.....                                                    | 148 |
| Decreto nº 90.389/2023.....                                                    | 151 |
| Decreto nº 90.388/2023.....                                                    | 155 |
| Decreto nº 90.387/2023.....                                                    | 171 |
| Decreto nº 90.386/2023.....                                                    | 173 |
| Decreto nº 90.385/2023.....                                                    | 182 |
| Decreto nº 90.384/2023.....                                                    | 187 |
| Decreto nº 90.383/2023.....                                                    | 193 |
| Decreto nº 90.382/2023.....                                                    | 198 |
| Decreto nº 90.381/2023.....                                                    | 202 |
| Decreto nº 95.019/23.....                                                      | 207 |
| Lei nº 11.079/2004 e alterações .....                                          | 220 |
| Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). .....                         | 231 |
| Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).....              | 244 |

## SUMÁRIO

# SUMÁRIO



|                                                                                                                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942 com redação dada pela Lei nº 12.376/2010) e sua aplicação na Administração Pública ..... | 267 |
| Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).....                                                                                       | 271 |
| Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto da Pessoa Idosa).....                                                                                                  | 339 |
| Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor).....                                                                                             | 359 |
| Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) .....                                                                                                                         | 384 |
| Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) .....                                                                                       | 399 |
| Bem de Família (Lei nº 8.009/1990).....                                                                                                                               | 431 |
| Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).....                                                                                                                  | 432 |
| Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) .....                                                                                                                          | 433 |
| Normas processuais da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). .....                                                                | 494 |
| Questões .....                                                                                                                                                        | 494 |
| Gabarito.....                                                                                                                                                         | 498 |

## SUMÁRIO



- **Mudanças no alfabeto:** O alfabeto tem 26 letras. Foram reintroduzidas as letras k, w e y.

**O alfabeto completo é o seguinte:** A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

- **Trema:** Não se usa mais o trema (¨), sinal colocado sobre a letra u para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos: gue, gui, que, qui.

### Regras de acentuação:

Não se usa mais o acento dos ditongos abertos **éi** e **ói** das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba)

| Como era | Como fica |
|----------|-----------|
| alcatéia | alcateia  |
| apóia    | apoia     |
| apóio    | apoio     |

- **Atenção:** essa regra só vale para as paroxítonas. As oxítonas continuam com acento:
- **Ex.:** papéis, herói, heróis, troféu, troféus.
- Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no **i** e no **u** tônicos quando vierem depois de um ditongo.

| Como era | Como fica |
|----------|-----------|
| baiúca   | baiuca    |
| bocaiúva | bocaiuva  |

- **Atenção:** se a palavra for oxítona e o **i** ou o **u** estiverem em posição final (ou seguidos de **s**), o acento permanece. Exemplos: tuiuiú, tuiuiús, Piauí.

Não se usa mais o acento das palavras terminadas em êem e ôo(s).

| Como era | Como fica |
|----------|-----------|
| abenção  | abenção   |
| crêem    | creem     |

- Não se usa mais o acento que diferenciava os pares pára/para, péla(s)/ pela(s), pêlo(s)/pelo(s), pólo(s)/ polo(s) e pêra/pera.

### Atenção:

Permanece o acento diferencial em pôde/pode;

Permanece o acento diferencial em pôr/por;

Permanecem os acentos que diferenciam o singular do plural dos verbos ter e vir, assim como de seus derivados (manter, deter, reter, conter, convir, intervir, advir etc.);

É facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras forma/fôrma.



## LEI COMPLEMENTAR Nº 15/96 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996

*Dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público de Alagoas.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS:** Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

### LIVRO I

### DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### TÍTULO I

### DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES

### CAPÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

Art 1º - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único - São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

- I- praticar atos próprios de gestão;
- II- praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;
- III- elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos;
- IV- adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;
- V- propor ao Poder legislativo a criação e a extinção dos cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;
- VI- propor ao Poder Legislativo a criação e extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores;
- VII- prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;
- VIII- editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos de carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;



### ► Sentido sociológico; sentido político; sentido jurídico; conceito, objetos e elementos

No tocante aos sentidos sociológico, político e jurídico, são analisados pela doutrina, quando da análise das denominadas “perspectivas”<sup>1</sup>. Mesma observação com relação ao denominado objeto.

Dando-se prosseguimento aos nossos estudos, passaremos a analisar os denominados elementos da Constituição. Tal denominação surgiu em virtude de o fato das normas constitucionais serem divididas e agrupadas em pontos específicos, com conteúdo, origem e finalidade diversos.

Conquanto haja essa divisão e o agrupamento em questão, é de se registrar que nossa doutrina é divergente com relação aos elementos da Constituição, não se podendo afirmar que uma classificação está correta e a outra errada.

Em que pese essa divergência, remetemos à clássica divisão dada pelo Ilustre Prof. José Afonso da Silva. Senão, vejamos.

**a) Elementos orgânicos** – estabelecem as normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder (Títulos III e IV, da CF);

**b) Elementos limitativos** – dizem respeito às normas que compõem os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação estatal;

**c) Elementos sócio ideológicos** – estabelecem o compromisso da Constituição entre o Estado Individualista e o Estado intervencionista (Título VII, da CF);

**d) Elementos de estabilização constitucional** – são as normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da CF, do Estado e das instituições democráticas. Eles constituem os instrumentos de defesa do Estado e buscam garantir a paz social (Artigos 34 a 36, da CF);

**e) Elementos formais de aplicabilidade** – encontram-se nas normas que estabelecem regras de aplicação das Constituições (ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

### ► Classificações das constituições

Registre-se que a doutrina brasileira costuma utilizar-se de variados critérios de classificação das constituições, existindo variação entre eles.

**a) Quanto à origem** – as Constituições poderão ser outorgadas (aquelas impostas pelo agente revolucionário que não recebeu do povo a legitimidade para, em nome dele, atuar), promulgadas (fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo).

Ela é também denominada de democrática, votada ou popular), cesaristas (não é propriamente outorgada, nem democrática, ainda que criada com a participação popular, vez que essa visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder).

Conhecidas também como bonapartistas) e, pactuadas ou dualistas (são aquelas que surgem através de um pacto entre as classes dominante e oposição).

**b) Quanto à forma** – as Constituições podem ser escritas (instrumentais) ou costumeiras (não escritas).

**c) Quanto à extensão** – elas podem ser sintéticas (aquelas que apenas vinculam os princípios fundamentais e estruturais do Estado. São também denominadas de concisas, breves, sumárias, sucintas ou básicas) ou analíticas (são as Constituições que abordam todos os assuntos que os representantes do povo entenderem por fundamentais. São também conhecidas como amplas, extensas, largas, prolixas, longas, desenvolvidas, volumosas ou inchadas).

**d) Quanto ao conteúdo** – material ou formal.

1 <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>



## PRINCÍPIOS

### ► Princípios regentes

#### Princípio da Dignidade da Pessoa Humana:

Trata-se, sem dúvida, de um princípio regente, cuja missão é a preservação integral do ser humano, desde o nascimento até a morte, conferindo-lhe autoestima e garantindo-lhe o mínimo existencial.

A referência à dignidade da pessoa humana, feita no art. 1.º, III, da Constituição Federal, “parece conglobar em si todos aqueles direitos fundamentais, quer sejam os individuais clássicos, quer sejam os de fundo econômico e social”. É um princípio de valor pré-constituente e de hierarquia supraconstitucional.

O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana possui dois prismas: **objetivo e subjetivo**. Objetivamente, envolve a garantia de um mínimo existencial ao ser humano, atendendo as suas necessidades vitais básicas, como reconhecido pelo art. 7.º, IV, da Constituição, ao cuidar do salário mínimo (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social).

Inexiste dignidade se a pessoa humana não dispuser de condições básicas de vivência. Subjetivamente, cuida-se do sentimento de respeitabilidade e autoestima, inerentes ao ser humano, desde o nascimento, quando passa a desenvolver sua personalidade, entrelaçando-se em comunidade e merecendo consideração, mormente do Estado.

Para que o ser humano tenha a sua dignidade preservada torna-se essencial o fiel respeito aos direitos e garantias individuais.

#### Princípio do Devido Processo Legal:

O outro princípio regente concentra-se no devido processo legal, cuja raiz remonta à Magna Carta de 1215 (“Nenhum homem pode ser preso ou privado de sua propriedade a não ser pelo julgamento de seus pares ou pela lei da terra”). A célebre expressão “by the lay of the land” (lei da terra), que inicialmente constou da redação desse documento histórico, transmudou-se para “due process of law” (devido processo legal).

A modificação vernacular não teve o condão de apartar o significado histórico do princípio. Buscou-se uma garantia e uma proteção contra os desmandos do rei, encarnando a época autoritária absoluta na Inglaterra. Não mais seria possível admitir-se a prisão ou a perda de bens de qualquer pessoa em virtude de simples capricho do governante. A tolerância havia atingido seu limite, tornando-se essencial o surgimento do princípio da legalidade ou reserva legal, determinando o império da lei sobre a vontade do rei.

A lei da terra envolvia os costumes, donde surge o direito consuetudinário, até hoje prevalente no Reino Unido. Portanto, haveria de prevalecer a vontade da sociedade, espelhada pelos tradicionais costumes, em detrimento da vontade do soberano.

Hoje, consubstancia-se no moderno princípio da legalidade penal, demonstrativo de não existir crime e pena sem prévia previsão legal.

O devido processo legal, portanto, possui dois importantes aspectos: **o lado substantivo** (material), de direito penal, e **o lado procedimental** (processual), de processo penal.

No primeiro, encaixa-se o princípio da legalidade, basicamente, além dos demais princípios penais. Quanto ao prisma processual, cria-se um espectro de garantias fundamentais para que o Estado apure e constate a culpa de alguém, em relação à prática de crime, passível de aplicação de sanção. Eis por que o devido processo



A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.

### ► **Lei Penal no Tempo**

A aplicação da Lei Penal ao longo do tempo é regida por princípios que visam assegurar a justiça e a previsibilidade das normas jurídicas. Dentre esses princípios, destacam-se a teoria da atividade, o princípio da legalidade e os conceitos de retroatividade e ultra-atividade das leis penais.

### ► **Observações Iniciais**

A teoria da atividade, prevista no Art. 4º do Código Penal, determina que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento em que o resultado ocorra. Isso significa que, para fins penais, o que importa é o momento da conduta do agente, e não quando as consequências dessa conduta se manifestam.

O princípio da legalidade estabelece que somente uma lei anterior pode definir infrações penais e estipular penas. Esse princípio é essencial para garantir que ninguém seja punido por um ato que não estava expressamente tipificado como crime no momento de sua prática. Dentro do princípio da legalidade, encontramos dois desdobramentos importantes:

- **Reserva Legal:** Apenas uma lei em sentido estrito, ou seja, uma lei formalmente aprovada pelo legislativo, pode criminalizar condutas e estabelecer penalidades.
- **Anterioridade da Lei Penal:** Uma lei penal só pode ser aplicada a uma conduta se esta for praticada durante a vigência dessa lei. Por exemplo, se uma lei que criminaliza uma determinada conduta entra em vigor amanhã, não se pode processar alguém por ter praticado essa conduta hoje, enquanto a lei ainda não estava em vigor.

### ► **Sucessão de Leis Penais no Tempo**

A atividade da lei penal, distinta da teoria da atividade, determina que a lei penal se aplica apenas enquanto está em vigor. Isso implica que a lei penal regula apenas os fatos ocorridos durante sua vigência, não retroagindo para alcançar atos cometidos anteriormente, salvo em benefício do réu.

### ► **Exceções à Atividade da Lei Penal (Retroatividade e Ultra-atividade)**

Há exceções ao princípio da atividade da lei penal, conhecidas como extratividade da lei penal, que incluem a retroatividade e a ultra-atividade das leis penais:

- **Retroatividade:** Refere-se à aplicação de uma lei penal mais benéfica a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. Esse princípio visa proteger os direitos do réu, aplicando-lhe a legislação mais favorável, mesmo que os atos tenham sido praticados sob uma lei mais severa.



## **NORMAS PROCESSUAIS**

### **Espécies**

As normas processuais são constituídas por regras e princípios. Desse modo, levando em consideração que os princípios possuem força normativa, com o uso destes, os operadores do direito podem fundamentar suas decisões exclusivamente em princípios. Assim, quando o Código de Processo Civil vigente reporta acerca de normas fundamentais, se refere à existência de regras e princípios fundamentais desta legislação.

Sobre o tema, analisemos abaixo, importantes princípios do Ordenamento Jurídico Brasileiro no que concerne à aplicação do Processo Civil:

### **Princípio da Igualdade**

Sua finalidade é a paridade de tratamento no que se refere:

- a) Ao pleno exercício dos direitos e faculdades processuais;
- b) Aos meios de defesa;
- c) Aos deveres;
- d) Aos ônus existentes; e
- e) À aplicação das sanções processuais pertinentes.

### **Princípio da Hermenêutica Processual Civil**

Esse princípio deve ser destacado com a observância das seguintes prerrogativas:

- a) Da legalidade;
- b) Da dignidade da pessoa humana, atuando como supraprincípio processual;
- c) Do condizente ao atendimento aos fins sociais e às exigências do bem comum;
- d) Da proporcionalidade, que se trata da adequação entre meios e fins;
- e) Da razoabilidade, que se refere à equidade, atenção à realidade, bom senso e equivalência na aplicação do direito processual;
- f) Da eficiência, buscando atingir ao máximo a finalidade, mesmo diante das situações precárias da Administração Pública e do Judiciário.

### **Princípio da Inércia da Jurisdição**

Para que possa atuar em processos, é necessário que o magistrado seja provocado, pois, o processo civil tem início através da provocação da parte, porém, se desenvolve por intermédio de impulso oficial.

Nesse sentido, desenvolve-se um sistema processual misto que dá evidência ao princípio dispositivo, na medida em que o magistrado poderá atuar somente para a produção de provas no processo, bem como conduzir a ação até que haja a decisão final de mérito e ocorra a satisfação do direito.

### **Princípio da Celeridade Processual**

A referência a esse princípio diz respeito à necessidade de rapidez e agilidade do processo. Por meio da celeridade, ocorre a busca para se alcançar o resultado final da lide com a menor quantidade de atos possíveis.



A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.

### ► Lei Penal no Tempo

A aplicação da Lei Penal ao longo do tempo é regida por princípios que visam assegurar a justiça e a previsibilidade das normas jurídicas. Dentre esses princípios, destacam-se a teoria da atividade, o princípio da legalidade e os conceitos de retroatividade e ultra-atividade das leis penais.

### ► Observações Iniciais

A teoria da atividade, prevista no Art. 4º do Código Penal, determina que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento em que o resultado ocorra. Isso significa que, para fins penais, o que importa é o momento da conduta do agente, e não quando as consequências dessa conduta se manifestam.

O princípio da legalidade estabelece que somente uma lei anterior pode definir infrações penais e estipular penas. Esse princípio é essencial para garantir que ninguém seja punido por um ato que não estava expressamente tipificado como crime no momento de sua prática. Dentro do princípio da legalidade, encontramos dois desdobramentos importantes:

- **Reserva Legal:** Apenas uma lei em sentido estrito, ou seja, uma lei formalmente aprovada pelo legislativo, pode criminalizar condutas e estabelecer penalidades.
- **Anterioridade da Lei Penal:** Uma lei penal só pode ser aplicada a uma conduta se esta for praticada durante a vigência dessa lei. Por exemplo, se uma lei que criminaliza uma determinada conduta entra em vigor amanhã, não se pode processar alguém por ter praticado essa conduta hoje, enquanto a lei ainda não estava em vigor.

### ► Sucessão de Leis Penais no Tempo

A atividade da lei penal, distinta da teoria da atividade, determina que a lei penal se aplica apenas enquanto está em vigor. Isso implica que a lei penal regula apenas os fatos ocorridos durante sua vigência, não retroagindo para alcançar atos cometidos anteriormente, salvo em benefício do réu.

### ► Exceções à Atividade da Lei Penal (Retroatividade e Ultra-atividade)

Há exceções ao princípio da atividade da lei penal, conhecidas como extratividade da lei penal, que incluem a retroatividade e a ultra-atividade das leis penais:

- **Retroatividade:** Refere-se à aplicação de uma lei penal mais benéfica a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor. Esse princípio visa proteger os direitos do réu, aplicando-lhe a legislação mais favorável, mesmo que os atos tenham sido praticados sob uma lei mais severa.



### CONCEITO

O vocábulo “regime jurídico administrativo” se refere às inúmeras particularidades que tornam a atuação da administração pública individualizada nos momentos em que é comparada com a atuação dos particulares de forma generalizada. Possui sentido restrito, restando-se com a serventia única de designar o conjunto de normas de direito público que caracterizam o Direito Administrativo de modo geral, estabelecendo, via de regra, prerrogativas que colocam a Administração Pública em posição privilegiada no que condiz às suas relações com os particulares, bem como restrições, que tem o fulcro de evitar que ela se distancie da perseguição que não deve cessar no sentido da consecução do bem comum.

Desta forma, de maneira presumida, o Regime Jurídico Administrativo passa a atuar na busca da consecução de interesses coletivos por meio dos quais a Administração usufrui de vantagens não extensivas aos particulares de modo geral, como é o caso do poder de desapropriar um imóvel, por exemplo. Assim sendo, a Administração Pública não pode abrir mão desses fins públicos, ou seja, ao agente público não é lícito, sem a autorização da lei, transigir, negociar, renunciar, ou seja, dispor de qualquer forma de interesses públicos, ainda que sejam aqueles cujos equivalentes no âmbito privado, seriam considerados via de regra disponíveis, como o direito de cobrar uma pensão alimentícia, por exemplo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a supremacia do interesse público se encontra eivada de justificativas para a concessão de prerrogativas, ao passo que a indisponibilidade de tal interesse, por sua vez, passa a impor a estipulação de restrições e sujeições à atuação administrativa, sendo estes os princípios da Administração Pública, que nesse estudo, trataremos especificamente dos Princípios Expressos e Implícitos de modo geral.

### PRINCÍPIOS EXPRESSOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### ► Princípio da Legalidade

Surgido na era do Estado de Direito, o Princípio da Legalidade possui o condão de vincular toda a atuação do Poder Público, seja de forma administrativa, jurisdicional, ou legislativa. É considerado uma das principais garantias protetivas dos direitos individuais no sistema democrático, na medida em que a lei é confeccionada por intermédio dos representantes do povo e seu conteúdo passa a limitar toda a atuação estatal de forma geral.

Na seara do direito administrativo, a principal determinação advinda do Princípio da Legalidade é a de que a atividade administrativa seja exercida com observância exata dos parâmetros da lei, ou seja, a administração somente poderá agir quando estiver devidamente autorizada por lei, dentro dos limites estabelecidos por lei, vindo, por conseguinte, a seguir o procedimento que a lei exigir.

O Princípio da Legalidade, segundo a doutrina clássica, se desdobra em duas dimensões fundamentais ou subprincípios, sendo eles: o Princípio da supremacia da lei (primazia da lei ou da legalidade em sentido negativo); e o Princípio da reserva legal (ou da legalidade em sentido positivo). Vejamos:

De acordo com os contemporâneos juristas Ricardo Alexandre e João de Deus, o **princípio da supremacia da lei**, pode ser conceituado da seguinte forma:

O princípio da supremacia da lei, ou legalidade em sentido negativo, representa uma limitação à atuação da Administração, na medida em que ela não pode contrariar o disposto na lei. Trata-se de uma consequência natural da posição de superioridade que a lei ocupa no ordenamento jurídico em relação ao ato administrativo. (2.017, ALEXANDRE e DEUS, p. 103).

Entende-se, desta forma, que o princípio da supremacia da lei, ou legalidade em sentido negativo, impõe limitações ao poder de atuação da Administração, tendo em vista que esta não pode agir em desconformidade com a lei, uma vez que a lei se encontra em posição de superioridade no ordenamento jurídico em relação ao

**LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019**

*Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).*

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

§1º As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

§2º A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

**CAPÍTULO II****DOS SUJEITOS DO CRIME**

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

- I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;
- II - membros do Poder Legislativo;
- III - membros do Poder Executivo;
- IV - membros do Poder Judiciário;
- V - membros do Ministério Público;
- VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.

**CAPÍTULO III****DA AÇÃO PENAL**

Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

§1º Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.